



ST17. MUNDOS DO TRABALHO CONDIÇÕES DE TRABALHO E RESISTÊNCIAS DOS TRABALHADORES

1184

ORGANIZAÇÃO CAMPONESA NA DÉCADA DE 1950: A INFLUÊNCIA PETEBISTA NA FUNDAÇÃO DO SINDICATO RURAL DE BARREIROS-PE¹

Thayana de Oliveira Santos²

Resumo: O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros foi fundado em 1954, seu reconhecimento se deu em 1956. Neste período, eram muitas as dificuldades para a organização dos trabalhadores do campo, visto que não havia legislação específica para a sua sindicalização. Contudo, na cidade da Mata Sul pernambucana, os trabalhadores fundam sua entidade de classes, que é tratada pela historiografia como resultado da atuação do Partido Comunista. Entretanto, a partir de pesquisas realizadas, identificamos a atuação na região de um político petebista que possivelmente articulou junto ao Ministério do Trabalho – que era dirigido também pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) -, a fundação e o reconhecimento do Sindicato de Barreiros. Desta forma, pretendemos com este trabalho, discutir o contexto em que se deu a fundação do referido sindicato e de que forma se deu a influência do PTB, através do Deputado Miguel Mendonça de Melo, na atuação do Sindicato Rural de Barreiros.

Palavras-chave: Sindicato. PTB. Trabalhadores rurais.

INTRODUÇÃO

Durante o Estado Novo (1937-1945), os trabalhadores conquistaram a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), promulgada em 01 de maio de 1943 e alardeada como a mais avançada legislação social do mundo, a CLT representou a sistematização de um conjunto de leis sociais criadas em 1930. Entretanto, “aos trabalhadores rurais não eram concedidos nem mesmo o direito à férias e à percepção do salário mínimo, apesar da referida Consolidação estender-lhes esses direitos em seus artigos 76 e 129, desde 1943”.³ Além de assegurar o direito à férias e ao salário mínimo, a CLT também garantia o direito ao aviso prévio em caso de demissão, conforme o

¹ Este trabalho é resultado da monografia de conclusão do curso de Bacharelado em História pela UFPE, sob orientação da Professora Dr^a. Maria de Socorro de Abreu e Lima.

² Mestranda em História pela UFPE. Bolsista CNPq. E-mail: thyanasantos@gmail.com.

³ ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste: Contribuições ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste*. São Paulo: Cortes, 2005.

artigo 442. Porém, na prática, a Lei não era aplicada em virtude da resistência da classe patronal.

Somente em 1944 essa categoria de trabalhadores conquista um Decreto que lhes garante o direito de organizarem-se em sindicatos. É o Decreto-Lei 7.038 de 10 de novembro de 1944, que em seu Artigo 1º declara “*lícita a associação para fins de estudo, defesa e coordenação de seus interesses econômicos ou profissionais, de todos os que, como empregadores ou empregados, exerçam atividades ou profissão rural*”. Contudo, para Abreu e Lima, o Decreto-Lei de 1944 “era uma regulamentação apenas formal, na medida em que as dificuldades burocráticas e políticas para se organizar e reconhecer um sindicato eram inúmeras”.⁴

De acordo com o Professor Manoel Correia de Andrade, o movimento de organização camponesa surgiu tardiamente, visto que somente em 1933, em Campos (RJ), é registrado o reconhecimento do primeiro Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR). Este é considerado por Schmidt e Freitas, a primeira tentativa bem sucedida de organização dos trabalhadores rurais em sindicato, embora os autores tragam o ano de 1938 como sua fundação. “Estruturado em torno das plantações de cana-de-açúcar do município, o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Campos” existiu sem que nunca tivesse seu funcionamento interrompido. Há também o registro de dois sindicatos rurais na Bahia: Ilhéus e Itabuna (1952), Bragança Paulista (1957) e o Sindicato Agrícola de Merety, no Rio de Janeiro (1930), formado por pequenos proprietários autônomos.⁵

Segundo Füchtner, entre os anos de 1955 e 1957, apenas um sindicato conseguiu o reconhecimento oficial do Ministério do Trabalho, com base no Decreto 7.038 de 1944. Embora o autor não indique qual fora o sindicato reconhecido pelo Ministério, levando em consideração a data do reconhecimento do Sindicato de Barreiros, concluímos tratar-se deste, uma vez que o reconhecimento do mesmo se deu através do registro nº 236.868, de 01 de março de 1956.

Na década de 1950, a atividade política dos trabalhadores rurais cresceu significativamente. De acordo com Jaccoud, este período foi palco de um processo crescente de manifestações vivenciado pela classe trabalhadora. O movimento de trabalhadores rurais mais expressivo era formado pelos camponeses organizados na Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuária de Pernambuco (SAPPP), a qual fora denominada por latifundiários locais de “Ligas Camponesas”, em referência às organizações comunistas com este nome que havia existido em Pernambuco na década de 1940.⁶ Tal Sociedade foi criada, inicialmente, com um caráter assistencialista, adotando posteriormente, porém, uma postura mais “radical”. No entanto, as primeiras formas de articulação nacional dos camponeses, durante a década de 1950, surgem a

⁴ ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Construindo o Sindicalismo Rural: Lutas, partidos, Projetos*. Recife: Ed. Universitária / Ed. Oito de Março, 2005, p. 39.

⁵ SCHMIDT, Benício V.; FREITAS, Elizabeth S. *Estado, Sindicato de Trabalhadores Rurais e Tecnologia*. Cadernos de Difusão Tecnológica, v. 1, n. 3, p. 395-415, 1984.

⁶ Ver: PEREIRA, Anthony. *O Declínio das Ligas Camponesas e a Ascensão dos Sindicatos*. In: CLIO. *Revista de Pesquisa Histórica*. N. 26-2, 2008/ Programa de Pós-graduação em História/ Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009, p. 248.

partir da realização de congressos, encontros e conferências. Contudo, de acordo com Abreu e Lima, “a realização de Congressos Camponeses também era dificultada”.⁷

Em 1954, ocorreu a II Conferência Nacional de Lavradores, em São Paulo, onde foi fundada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB). Em 1955, a partir da consolidação das Ligas Camponesas fundada em 1955 no Engenho Galiléia, no município de Vitória de Santo Antão, tratou-se de fundar demais Ligas em outras localidades. Segundo Jaccoud, o Congresso Camponês realizado em Recife, no ano de 1955, presidido por Josué de Castro, deputado e geógrafo, que trouxe a Recife 3.000 camponeses, tornou-se um “marco para o movimento camponês do Estado”, pois foi a primeira vez que as ruas do Recife se abriram para os camponeses, o que marca a presença dos mesmos no cenário político estadual.

Apesar das dificuldades para a organização sindical no campo, fruto da resistência dos proprietários rurais em aceitar a organização dos trabalhadores e a ausência de uma legislação que considerasse a especificidade do trabalho no campo, uma vez que a legislação trabalhista fora feita para os trabalhadores urbanos, a década de 1950 é um período fértil de mobilizações, congressos e conferências de camponeses em que foi deliberada a fundação de sindicatos. O que evidencia que os trabalhadores do campo questionavam as condições a que estavam submetidos, almejavam melhores condições de vida e trabalho e, para isso, sabiam da importância da sindicalização para dirimir seus problemas. Não estavam, portanto, à margem dos acontecimentos e da crescente mobilização popular. Vale ressaltar, que a não aplicação da CLT no campo só evidencia o comprometimento do Estado com o latifúndio e o desinteresse do mesmo pela organização do homem do campo.

O Nordeste brasileiro sente a influência do nacional-desenvolvimentismo e do populismo, sobretudo no campo ideológico e na atuação das forças políticas⁸. Porém, enquanto mudanças políticas vão acontecendo e uma maior participação da classe trabalhadora vai se desenhando, melhorias reais das condições de vida dos trabalhadores ainda são pouco perceptíveis. Em Pernambuco, na Região da Zona da Mata, essas benfeitorias do Estado, não chegam à Região. A precariedade das moradias e a falta de saneamento básico faziam crer que “as populações da Zona da Mata encontravam-se fora do alcance (para não dizer abandonadas) dos programas sociais estatais que foram estabelecidos após a Segunda Guerra Mundial”.⁹

Na zona canavieira de Pernambuco, especificamente na Mata Sul, à proporção em que se produz mais açúcar e avança na industrialização e na técnica

⁷ ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Construindo o Sindicalismo Rural: Lutas, Partidos, Projetos*. Op. Cit., p. 39.

⁸ Ver: JACCOUD, Luciana de Barros. *Movimentos Sociais e Crise Política em Pernambuco (1955-1968)*. Recife, FUNDAJ, Editora Massangana, 1990, p. 88.

⁹ DABAT, Christine Rufino. *Moradores de Engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007, p. 89.

agrícola, “o homem do campo fica mais pobre, mais necessitado, com menos direitos”.¹⁰

FUNDAÇÃO E RECONHECIMENTO DO PRIMEIRO SINDICATO RURAL DE PERNAMBUCO

Em Barreiros, cidade localizada na região da Mata Sul de Pernambuco, a economia nesse período, girava em torno das usinas de açúcar. A Usina Central Barreiros, principal naquele setor, apresentava entre 1955-1956 grande capacidade de produção de açúcar, chegando a produzir mais açúcar à época que as 36 usinas sergipanas¹¹. Por ser um dos polos da produção de açúcar, a cidade de Barreiros integrava uma região onde as relações de trabalho, por si só eram conflitantes. Entretanto, isto não impediu que a cidade desse à luz ao primeiro órgão classista de Pernambuco, na categoria dos trabalhadores rurais, cabendo-lhe o dever de representar os trabalhadores rurais e defender seus interesses. Assim, em 18 de junho de 1954, é fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros, Rio Formoso e Sirinhaém.

De acordo com Amaro Francisco da Silva Biá,¹² ex-Presidente, hoje tesoureiro do Sindicato, em 1954 já se falava na criação do Sindicato. Segundo ele, a presença de Miguel Mendonça, político petebista, foi fundamental para a viabilização da fundação da entidade. Este levou um grupo de trabalhadores para o Rio de Janeiro que, ao voltarem, começaram a se mobilizar para a fundação da entidade.

Apesar de Amaro Biá indicar a ação do PTB, partido criado por Getúlio Vargas, na fundação do Sindicato, a historiografia aponta a influência comunista na fundação do mesmo.¹³ Segundo Amaro Biá, a fundação do órgão de classe, inicialmente, contou com o apoio dos donos de engenho da região, que cederam carros e caminhões para deslocar os trabalhadores para a assembleia de fundação; entretanto, a partir do momento em que os trabalhadores começaram a formular suas pautas de reivindicação, tendo a luta pelo salário mínimo como principal bandeira, os patrões retiraram o apoio e exigiram o fechamento do Sindicato. Vale destacar que a legislação da época já previa o direito ao salário mínimo, como vimos anteriormente.

Sobre Miguel Mendonça, apontado como o “mentor intelectual” da fundação do sindicato, verificamos ter sido este Deputado Estadual entre 1951-1955 – período em que o Sindicato foi fundado - e Prefeito da cidade de Barreiros entre 1955-1959 – quando o Sindicato obteve o reconhecimento oficial. Segundo Socorro Mendonça¹⁴, viúva de Miguel, enquanto trabalhava no barracão do engenho, ele

¹⁰ ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste: Contribuição ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste*. Op. Cit., p. 130.

¹¹ Idem, p. 116.

¹² Entrevista realizada com Amaro Francisco da Silva Biá, à época Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros, na sede do referido Sindicato, na cidade de Barreiros, em 12 de junho de 2010.

¹³ Ver JACCOUD, Luciana de Barros. *Movimentos Sociais e Crise Política em Pernambuco (1955-1968)*. Op. Cit., p. 25.

¹⁴ Entrevista realizada com Socorro Mendonça, na sede da Fundação Miguel Mendonça, na cidade de Barreiros, em 26 de fevereiro de 2011.

escutava as histórias de injustiças sofridas pelos trabalhadores e tentava ajudar da maneira que podia. A luta que culminou com a fundação do sindicato rural, iniciou-se em virtude do descumprimento, por parte dos senhores de engenho, da carga horária de trabalho dos trabalhadores. Miguel Mendonça, insatisfeito com a situação, enviou um telegrama ao Ministro do Trabalho, posteriormente um representante do Ministério foi na Usina e teria obrigado os patrões a cumprir a carga horária. Em virtude da sua atuação, Miguel foi bastante perseguido na cidade. Socorro Mendonça afirma, ainda, que Miguel “tinha muita ligação com Getúlio Vargas”, este era padrinho do seu primeiro filho.

Embora Amaro Biá indique a atuação de Miguel e do PTB como primordial para a fundação do sindicato, o mesmo indica, ainda, uma possível aproximação com o Partido Comunista, tendo em vista a atuação de Gregório Bezerra na região de Palmares. Porém, não conseguimos localizar, nos arquivos pesquisados, nenhum documento que aponte uma aproximação do PCB junto ao Sindicato de Barreiros no período de sua fundação. Embora no campo político já existisse aproximação dos dois partidos, uma vez que posto na ilegalidade em 1947, durante o Governo do General Dutra, o PCB buscou refúgio no PTB para lançar candidatos comunistas. Em 1955, por exemplo, Clodomir Moraes, militante do PCB e um dos dirigentes das Ligas Camponesas, foi eleito Deputado Estadual pela legenda trabalhista.

Em entrevista concedida ao pesquisador Luiz Flávio Carvalho Costa, Lyndolpho Silva - ex-militante do PCB, um dos coordenadores da I Conferência Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (CNTA), e da II Conferência de onde surgiu a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) – afirma que:

[...] 1953/1954 nós descobrimos que havia um Decreto-Lei de Getúlio Vargas de 1944, o de nº 7.038, regulamentado pela Portaria 14. Esse decreto permitia a organização de sindicatos de patrões e trabalhadores rurais. Só a partir de 1954 é que começamos a tentar aplicar esse decreto. Levantamos a história de sua aplicação que era quase nada. Descobrimos a existência de uns quatro ou cinco sindicatos formados em todo o território nacional; alguns conseguimos comprovar, um deles era o de Tubarão (SC). Começamos então a trabalhar com as duas formas de organização. No fim dos anos 50 nós tínhamos formado quase cinquenta sindicatos de trabalhadores rurais, mas **dos sindicatos que estavam sob a nossa influência não havia nenhum reconhecido pelo Ministério do Trabalho**. A alegação era de que não havia enquadramento sindical.¹⁵

Com a afirmação de Lyndolpho de que só a partir de 1953/1954 o Partido Comunista toma conhecimento do Decreto-Lei assinado por Getúlio Vargas e que, dos sindicatos que estavam sob a influência do PCB, nenhum havia obtido o reconhecimento do Ministério do Trabalho, até fins de 1950, entendemos que não houve participação direta do PCB para a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de

¹⁵ Entrevista de Lyndolpho Silva concedida a Luiz Flávio de Carvalho Costa na cidade de São Paulo, no Instituto Cultural Roberto Morena, em 2 de abril de 1990. *Publicada originalmente em Estudos Sociedade e Agricultura, 2, junho 1994: 67-88*. Disponível em <http://r1.ufrj.br/cpda/als/entrevista.htm>. Acessado em 11/02/2014. Grifo nosso.

Barreiros, fundado em junho de 1954. Ainda segundo Lyndolpho, o motivo de os sindicatos que estavam sob orientação do Partido Comunista não obterem o reconhecimento do Ministério do Trabalho, era a pressão que os “fazendeiros e demais forças reacionárias” exerciam sobre o Ministério. Desta forma, só as entidades que estavam de alguma forma sob seu controle, eram reconhecidas.

Um mês antes de o Ministério do Trabalho conceder-lhe a carta sindical, o Sindicato Rural de Barreiros foi alvo de uma investigação que visava detectar se havia influência dos comunistas na entidade. Consta no Prontuário Funcional do Sindicato de Barreiros Rio Formoso e Serinhaém, na DOPS, a transcrição de um ofício sem número, datado de 14 de fevereiro de 1956, “ao Exmo. Sr. Gal. Delegado Executor do Estado de Sítio, enviando o resultado das investigações procedidas em torno das atividades do Partido Comunista no **setor rural no Estado de Pernambuco**” (grifado no original). A diligência conclui, após “longa observação em torno dos referidos órgãos de classe” que

ficou claramente divulgado tratar-se de entidades criadas e orientadas pelo Partido Comunista do Brasil, com o fim preconcebido de ampliar o seu campo de ação sob frentes legais, pondo em prática um dos seus maiores planos, valendo-se para isto da ingenuidade e ignorância dos trabalhadores do campo.¹⁶

Este documento não é assinado. Na sequência, consta um ofício assinado pelo Secretário de Segurança Pública, o Cel, Bráulio Guimarães, datado de 13 de setembro de 1956, com o mesmo teor, acrescido apenas da informação de que os municípios onde foram realizadas as diligências eram da Zona da Mata. Mesmo após a diligência concluir que o sindicato está sob a orientação dos comunistas, em 01 de março de 1956 o Sindicato é reconhecido através da Portaria nº. 236.868. Neste período, Miguel Mendonça já ocupava o executivo municipal.

Após o reconhecimento do Sindicato por parte do Ministério do Trabalho, ocorreu a primeira eleição que consagra Moacyr Pedro da Silva Presidente da entidade. Este era funcionário Usina Central Barreiros, não era um trabalhador do campo. Aposentado, afastou-se do trabalho e assumiu a presidência do sindicato. O que talvez explique o inicial apoio dos usineiros para a fundação do referido órgão de classe. As informações relativas a esta eleição, encontram-se no Diário Oficial da União, datado de julho de 1956, onde consta a seguinte informação:

Em reunião realizada no dia 1 do corrente, na sede social do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros, Rio Formoso e Serinhaém, com a presença de grande número de associados, foram empossados nos seus respectivos cargos os membros eleitos para a diretoria daquele órgão de classe, Conselho Fiscal e Representantes no Conselho da Federação, e seus respectivos suplentes, para o biênio 1956/58, que são os seguintes (...).¹⁷

¹⁶ Fundo DOPS, Prontuário Funcional nº 28.857. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE).

¹⁷ Diário Oficial, 08/07/1956 - APEJE

No mesmo ano em que o Sindicato de Barreiros obtém o reconhecimento, houve uma tentativa de fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paudalho, Carpina e São Lourenço, tendo como base o mesmo decreto-lei de 1944. Entretanto, diferentemente do que ocorreu em Barreiros, neste caso o Ministério do trabalho solicitou aos órgãos repressores “ações enérgicas” para impedir a organização dos trabalhadores. A tentativa de organização, no entanto, evidencia que a essa altura, outras cidades da Zona da Mata pernambucana estavam organizando a fundação de sindicatos rurais. Ainda em 1956, “deu-se a formação do Sindicato de Catende, Maraial e Palmares, com sede em Catende”.¹⁸

Contudo, para o Ministério do Trabalho “o sindicato rural de Pernambuco é o de Barreiros, Rio Formoso e Serinhaém, em carta expedida em 01 de março de 1956”, como esclarece o referido Ministério ao Secretário de Segurança Pública Estado, o Cel. Bráulio Guimarães, em ofício de 08 de outubro de 1956. Um sindicato fundado com o apoio de um deputado petebista, como assim o era o Ministro do Trabalho.

MIGUEL MENDONÇA E A CRISE POLÍTICA EM BARREIROS: INTERVENÇÃO NO SINDICATO

Miguel Mendonça conquistou o mandato de Deputado Estadual em 1951, na Assembleia Legislativa, compõe uma bancada de cinco Deputados pela legenda Trabalhista¹⁹. Em meio a um debate polêmico, protagonizado pelo Deputado Lael Sampaio, que expõe as articulações às escuras²⁰, lideradas pelo então Governador Agamenon Magalhães (PSD), para a composição da Mesa Diretora, Miguel assume a 2ª vice-Presidência da Casa, cargo disputado com o Deputado Justino Alves, que obteve vinte e cinco votos, contra trinta e seis para Miguel Mendonça.

A Presidência da Mesa ficou com o Deputado Antonio Torres Galvão, do PSD, ganha, com trinta e nove votos, disputando com Diocleciano Pereira Lima, da “Coligação Democrática de Pernambuco”, comporta pela UDN-PL-PR, que obteve vinte e seis votos. Na eleição para a 1º Vice, Afonso Ferraz (PSD) obtém trinta e sete votos, contra vinte e seis de João Elísio Florêncio, do PDC.

¹⁸ ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Construindo o Sindicalismo Rural: Lutas, Partidos, Projetos*. Op. Cit., 2005, p. 40.

¹⁹ Assumem no mesmo pleito os seguintes Deputados: Adalberto Gomes Pereira Guerra; Alcides Teixeira; Aurindo do Nascimento Valois; Celso da Costa Miranda e Miguel Mendonça de Melo.

²⁰ Ao pedir a palavra na primeira sessão da 2ª Legislatura da Casa, em 11 de março de 1951, o Deputado Lael Sampaio afirma estar surpreso com a votação, tendo em vista que tinha sido acertada, com o Governador Agamenon Magalhães, a distribuição dos cargos da Mesa Direto, a fim de respeitar o “dispositivo constitucional”, que determinava que a Mesa fosse composta por “elementos de todos os partidos”. O Deputado cita nomes de parlamentares e datas das reuniões com o Governador e/ou pessoas em seu nome para acertar a divisão dos cargos. Contudo, após a insatisfação do PTB com o cargo que deveria ocupar, este teria ido à imprensa denunciar o “acordo”. Desta forma, a sessão da Casa iniciou com a votação, em separado, dos candidatos e seus respectivos cargos. E a articulação de bastidores para compor a Mesa, ficou registrada nos Anais da ALEPE, tendo o Presidente da Sessão, o Desembargador Paulo André Dias da Silva, afirmado que tal explanação do Deputado Lael, “constituem em uma questão doméstica dos próprios Partidos”, afirmando que por não saber do que se trataria o discurso, não teve como não conceder a palavra e deixar tais fatos serem registrados nos Anais da Casa. Anais da ALEPE, 2ª Legislatura, 1951, Vol. I, p-p. 14-15.

Em seu discurso, Miguel caracteriza tal fato como a maior surpresa de sua vida obter os votos do PSD, do seu Partido e, possivelmente, de outros Partidos. E afirma:

Como homem de Partido que sou, tenho que zelar pelo meu Partido e estarei sempre, em verdade, com o povo, porque, como nós sabemos, o povo fala mais alto. Assim sendo quero terminar as minhas palavras, demonstrando o meu reconhecimento aos nobres pares que me distinguiram tão imerecidamente para o posto em apreço.²¹

Como getulista fiel e “homem de Partido”, como o próprio declara em seu discurso de posse na ALEPE, Miguel Mendonça em diversos momentos durante sua atuação no Legislativo, expõe sua admiração e respeito ao então Presidente da República, o que pode ser considerada um facilitador da fundação e posterior reconhecimento do Sindicato Rural de Barreiros. A primeira exposição, no Legislativo, de sua admiração a Getúlio Vargas dá-se em 08 de maio de 1951, ao solicitar que seja incluído nos Anais da Casa o discurso do então Presidente, proferido em 01 de maio de 1951, do campo do Vasco da Gama, na capital da República. E sobre este mesmo discurso, ensaia um debate com o Deputado Edson Mouri Fernandes (PSD), que faz críticas ao discurso de Getúlio Vargas e posiciona-se contrário à inclusão do referido discurso nos Anais da Casa. Na ocasião, Miguel pede a palavra, para rebater as críticas, desistindo da fala em virtude da ausência do então Deputado.

Miguel Mendonça ganhou as eleições municipais, para o período 1955-1959, disputando com Luiz de França Lins de Mendonça, do PSD. Com um mandato bastante agitado, em 1956 foi cassado, tendo sido reintegrado pela justiça. A Câmara de Vereadores de Barreiros alegava a ausência, sem justificativa, do Prefeito em exercício. Foi reintegrado ao cargo, no 15º dia, pela justiça, que considerava permitido uma ausência, sem justificativa, de 15 dias consecutivos. Os jornais não explicam o motivo que levou o Prefeito a se ausentar da cidade.

Na Prefeitura de Barreiros ele enfrentou inúmeras dificuldades e terminou seu mandato mediante **renúncia ao cargo de Prefeito**. Tal atitude foi tomada, com a finalidade de não ter que entregar o cargo ao seu inimigo político Clóvis Tenório, de família bastante tradicional da cidade, que ganhou a disputa em agosto de 1959, pela UDN.

Em 1957, sofre uma ameaça de *impeachment*, pela Câmara Municipal por não ter prestado contas em tempo hábil. O Jornal *Diário de Pernambuco* de 08 de setembro de 1957 afirma que “*novamente o município de Barreiros se encontra agitado por questões políticas*”, deixando claro que era corriqueira a instabilidade política naquele município. As acusações do legislativo municipal são de “*utilização indevida de verbas públicas, retenção de vencimentos do funcionalismo e emissão de vales em escala nunca vista, dizendo-se mesmo que nos cofres da Prefeitura só há papel*”.²²

Em meio a essa crise política no Município de Barreiros, articulada por Clóvis Tenório (UDN), cujos desdobramentos levam ao rompimento do Prefeito com o seu

²¹ I Volume dos Anais da ALEPE, p-p. 17, 18.

²² Jornal *Diário de Pernambuco*, 08/09/1957 – APEJE

Partido, o PTB, o sindicato de Barreiros sofre uma intervenção ministerial. A intervenção ocorre em fins de 1957 e perdura por todo o ano de 1958. Em 21 de janeiro de 1959, o *Jornal do Commercio* traz uma matéria sobre a reabertura do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros, Rio Formoso e Sirinhaém. Afirmado que naquela data (21/01/1959) voltou a funcionar a entidade que havia passado um ano de portas fechadas, tendo em vista a intervenção decretada pelo Ministério do Trabalho. A abertura foi possível em virtude de nova nomeação de “delegado-administrador”, feita pelo Delegado Regional do Trabalho, Haroldo Veloso Furtado, que nomeou Moacyr Pedro da Silva para a função. Este “talvez por mera coincidência, é o presidente afastado pela intervenção”, afirma a matéria. Tal nomeação ocorre pelo fato de o interventor nomeado inicialmente pelo Ministério não ter tomado posse “nem sequer aberto as portas da sede” (sic). Em declaração ao Jornal, o ex-presidente, agora “delegado-administrador”, Moacyr Pedro, afirma que seguiu para Barreiros no dia anterior (20/01/1959) a fim de tomar as medidas necessárias para o imediato funcionamento do Sindicato, indo, inclusive, “entrar em contato com os fazendeiros e usineiros para **reiniciar o recolhimento do Imposto Sindical e demais contribuições**”.²³

É provável que a intervenção no Sindicato de Barreiros tivesse sido motivada pela aproximação desse com os comunistas. Naquele período, de acordo com uma das autobiografias recolhidas pela diligência da SSP no Comitê Regional do PCB, Amaro Luiz de Carvalho, um militante do Partido, era “operário nos campos das Usinas Pumatí, Santa Inez, Catende, **Barreiros**, Santa Tereza e em outras no Estado”²⁴, apesar de não mencionar o referido Sindicato, ou qualquer relação do militante com a entidade. No livro “*Retrato da Repressão Política no Campo: Brasil 1962-1985*”, organizado por Ana Carneiro e Marta Ciocari (2010), Amaro Luiz de Carvalho é tratado como “dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros”, tendo, de acordo com as autoras, despontado como líder desta entidade “durante as mobilizações anteriores ao golpe”.²⁵ Contudo, não localizamos, no recorte estudado, nada que ligue este dirigente ao referido sindicato a não ser sua autobiografia, apreendida em diligência policial, que o coloca na região.

Em 1958, em virtude de seu Partido, o PTB, compor coligação com a UDN, para a eleição de Cid Sampaio ao governo do Estado e de, segundo o próprio Miguel, sofrer perseguição dentro do Partido, o então Prefeito resolve apoiar a candidatura do Senador Jarbas Maranhão (PSD) ao Governo do Estado. Não sem antes enviar telegrama a João Goulart explicando os motivos de sua decisão. Alegando que, em virtude do cancelamento pela Executiva Estadual da delegação partidária que exercia, se via na contingência de se registrar vice-Prefeito por outra legenda, bem como de sua candidatura a Deputado Estadual e, diante de tanta perseguição partidária, é que

²³ JC, 21/01/1959 – APEJE. Grifos nossos.

²⁴ COSTA LIMA, Álvaro Gonçalves da; SAMICO, Armando Hermes Ribeiro; LIMA, Francisco Assis. *Aspecto da Atividade do Comunismo em Pernambuco*. Recife: SSP, 1975, 2ª Ed., p. 155. Grifos nossos.

²⁵ CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da Repressão Política no Campo: Brasil 1962-1985*. Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2010, p. 53.

resolveu apoiar a candidatura de Jarbas Maranhão, fugindo, assim, da linha partidária que tanto “venera” e “respeita”. Despede-se com “saudações trabalhistas”.

Ao se negar a participar da composição política com a UDN a nível estadual - partido este que fora um dos responsáveis pelas inúmeras perseguições a que sofreu -, e apoiar a candidatura de Jarbas Maranhão do PSD, ao governo do Estado, Miguel foge da linha política do PTB que, orientada pessoalmente por João Goulart, então vice-Presidente da República e Presidente nacional do Partido, marcha nas eleições de 1958, ao lado das forças mais populares e anti-PSD.²⁶

Tal atitude explica a ruptura do então Prefeito com o PTB que, sob orientação de Jango, trava uma luta contra o PSD de Etelvino Lins, que em diversos momentos se posicionou contra Getúlio Vargas. Entretanto, Jarbas Maranhão integrava o grupo dissidente do PSD que sempre se mostrou fiel à orientação nacional do Partido e deu apoio a Vargas contrariando a decisão do diretório estadual. Nesta mesma linha do PTB seguiu o PCB. Segundo Gregório Bezerra:

A batalha eleitoral de 1958, em Pernambuco, travava-se entre a UDN e o PSD. O candidato do PSD, Jarbas Maranhão, tinha posições políticas mais resolutamente democráticas que as do candidato da UDN, Cid Sampaio. Não fosse seu envolvimento com Etelvino Lins, creio que Jarbas Maranhão poderia ter tido o nosso apoio. Mas de que adianta um candidato pessoalmente democrático e até nacionalista, se ele era comprometido com o situacionismo?²⁷

Gregório reconhece assim, o posicionamento democrático de Jarbas Maranhão e aponta como única razão para o não apoio do PCB à sua candidatura, a ligação desta com o Etelvino Lins. Miguel Mendonça, contudo, tendo em vista os embates políticos travados entre ele e a liderança udenista na cidade, Clóvis Tenório, não aceita apoiar o partido de seu adversário político e rompe, assim, com o PTB de Jango.

Seja motivado pela suspeita dos comunistas no Sindicato, seja pela crise entre o PTB e aquele que tinha influência e apoio dos trabalhadores rurais, o fato é que o Ministério do Trabalho decide intervir no Sindicato e fecha suas portas durante um ano, para não correr o risco de perder o controle sobre o mesmo. O que reforça a possibilidade de ter sido aquele, em seus primeiros anos de existência, um sindicato tutelado, ou, nas palavras de Anthony Pereira, “não muito militante”.²⁸

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos considerar, a partir deste trabalho, que diferente da historiografia que aponta uma influência comunista, a fundação do Sindicato Rural de Barreiros, contou com o apoio essencial de Miguel Mendonça, político petebista. Estando este, nos anos iniciais de sua existência sob a tutela do Ministério do Trabalho dirigido, também, pelo

²⁶ Ver: PANDOLFI, Dulce Chaves. *Pernambuco de Agamenon Magalhães: consolidação e crise de uma elite política*. Recife: Ed. Massangana, 1984.

²⁷ BEZERRA, Gregório. *Memórias*. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 486.

²⁸ Ver: PEREIRA, Anthony. *O Declínio das Ligas Camponesas e a Ascensão dos Sindicatos*. Op. Cit., p. 180.

PTB. Não refutamos, contudo, a possibilidade de após a fundação, ter havido uma aproximação entre o PCB e o Sindicato de Barreiros, uma vez que posteriormente outros sindicatos foram fundados sob orientação do PCB e devido à aproximação política entre estes dois partidos.

Outro fator que nos permite chegar a esta conclusão é a declaração de Lyndolpho Silva, ex-dirigente do Partido Comunista Brasileiro. Este afirma que a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros está relacionada “*a pressão dos fazendeiros e demais forças reacionárias*”, que só teriam permitido que o Ministério do Trabalho reconhecesse aqueles sindicatos que estivesse sob seu controle. Casado a isto está a ausência de registros sobre a fundação e atuação política do referido sindicato, no Jornal *Folha do Povo*, diário publicado pelos comunistas durante a década de 1950, pois, assim como o PCB registrou em seu Jornal outras conquistas relevantes para a classe trabalhadora, assim o faria caso tivesse participação na fundação do Sindicato de Barreiros.

Sobre a atuação do PTB, sabemos que o mesmo fora fundado por Getúlio Vargas, baseado em dois objetivos, *defender o conjunto da legislação trabalhista e servir como anteparo ao potencial crescimento do PCB junto à classe operária*. O PTB é o primeiro a defender uma regulamentação para os trabalhadores rurais, o que só vem acontecer na década de 1960.²⁹ Ademais, não se pode ignorar o fato da intervenção no Sindicato de Barreiros ter ocorrido em meio às perseguições e as divergências entre o então Prefeito Miguel Mendonça e o PTB, que levaram ao seu rompimento com o Partido. Miguel tinha o apoio do homem do campo, como destacou a imprensa da época, e o seu rompimento com o Partido pode ter sido visto como um motivo para o Ministério intervir na entidade, assegurando a aplicação da linha política do PTB. Portanto, a intervenção serviu tanto para que o PTB impedisse seu ex-militante de utilizar-se do apoio do Sindicato em um momento de ruptura com o Partido, quanto para proteger a entidade da influência comunista.

REFERÊNCIAS

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o Sindicalismo Rural: Lutas, Partidos, Projetos**. Recife: Ed. Universitária/Ed. Oito de Março, 2005.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Lutas Camponesas no Nordeste**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

_____. **A Terra e o Homem no Nordeste: Contribuição ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste**. São Paulo: Cortez, 2005.

ANDRADE, Yvon Bezerra de. **Memórias Barreirenses**. Recife: Ed. Bagaço, 2007.

ANTUNES, Ricardo. **O que é Sindicalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

²⁹ Ver: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília. *O Brasil Republicano*. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 123.

AQUINO, Rubim Santos Leão de. MENDES, Francisco Roberval; BOUCINHAS, André Dutra. **Pernambuco em Chamas: Revoltas e Revoluções em Pernambuco**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2009.

AZEVÊDO, Fernando Antonio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

BEZERRA, Gregório. **Memórias**. São Paulo: Boitempo, 2011.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínio da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985**. Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

CERQUEIRA, Maria dos Milagres Leite. **A Ação Sindical dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco**. Recife, CONDEPE: 1980.

COSTA, Luiz Flávio Carvalho. **Sindicalismo rural brasileiro em construção**. Rio de Janeiro: ForenseUniversitária, 1996.

COSTA LIMA, Álvaro Gonçalves da; SAMICO, Armando Hermes Ribeiro; LIMA, Francisco de Assis. **Aspecto da atividade do comunismo em Pernambuco**. Recife: Secretaria de Segurança Pública/ Delegacia Auxiliar, 1975.

DABAT. Christine Rufino. **Moradores de Engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)**. São Paulo: LTr, 2011.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (orgs.) **O Brasil Republicano**. V. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FREITAS, Sônia Maria. **História Oral: possibilidades e procedimentos**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

FÜCHTNER, Hans. **Os Sindicatos brasileiros de trabalhadores: organização e função política**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1980.

HOBBSAWM, Eric. **A história de baixo para cima**. In: _____. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JACCOUD, Luciana de Barros. **Movimentos Sociais e Crise Política em Pernambuco (1955-1968)**. Recife, FUNDAJ, Editora Massangana, 1990.

PAGE, Joseph. **A Revolução que Nunca Houve: O Nordeste do Brasil (1955-1964)**. Rio de Janeiro: Record, 1972.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Pernambuco de Agamenon Magalhães: consolidação e crise de uma elite política.** Recife: Ed. Massangana, 1984.

PEREIRA, Anthony. **O Declínio das Ligas Camponesas e a Ascensão dos Sindicatos.** In: CLIO. **Revista de Pesquisa Histórica.** N. 26-2, 2008/ Programa de Pós-graduação em História/ Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

SCHMIDT, Benício. V.; FREITAS, Elizabeth S. **Estado, Sindicato de Trabalhadores Rurais e Tecnologia.** Cadernos de Difusão Tecnológica, v. 1, n.3, p. 395-415, 1984.

SKIDMORE, Thomas. **De Getúlio a Castelo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.